



SANTOS, Luciano Cardenes dos. *Etnografia sateré-mawé: Sahu-Apé, cultura e turismo*. Manaus: Valer Cultural, 2015. 298 p.

Rosijane Evangelista da Silva



Edição electrónica

URL: <http://journals.openedition.org/horizontes/1554>

ISSN: 1806-9983

Editora

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Edição impressa

Data de publicação: 31 janeiro 2017

Paginação: 446-450

ISSN: 0104-7183

Referência eletrônica

Rosijane Evangelista da Silva, « SANTOS, Luciano Cardenes dos. *Etnografia sateré-mawé: Sahu-Apé, cultura e turismo*. Manaus: Valer Cultural, 2015. 298 p. », *Horizontes Antropológicos* [Online], 47 | 2017, posto online no dia 06 fevereiro 2017, consultado o 14 novembro 2019. URL : <http://journals.openedition.org/horizontes/1554>

© PPGAS

SANTOS, Luciano Cardenes dos. *Etnografia sateré-mawé: Sahu-Apé, cultura e turismo*. Manaus: Valer Cultural, 2015. 298 p.

Rosijane Evangelista da Silva*

Universidade Federal de Pernambuco – Brasil

O livro do antropólogo Luciano Cardenes dos Santos, *Etnografia sateré-mawé: Sahu-Apé, cultura e turismo*, é o resultado de sua dissertação de mestrado, apresentada no ano de 2010, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas. Como consideração inicial sobre a obra, destaca-se a atualidade e a relevância de sua proposta, principalmente no que se refere à discussão sobre a questão do turismo em terras e comunidades indígenas. Apesar de ser considerado uma realidade¹ e ter despertado interesse tanto de povos indígenas em busca de alternativas para uma maior autonomia na autogestão econômica de seus territórios quanto dos órgãos oficiais indigenistas, o assunto pouco tem interessado aos pesquisadores e estudiosos nas ciências sociais, sobretudo se considerarmos a escassa referência de literatura sobre esse tema. O livro contribui para sanar uma lacuna nessa área.

Em seu texto o autor se propõe a refletir sobre a questão da atividade turística em territórios indígenas partindo do viés das políticas de turismo como fomento de desenvolvimento elaboradas no âmbito do Estado brasileiro. E volta seu olhar especificamente para a realidade dos povos indígenas da Região Amazônica. O foco de sua investigação centra-se na comunidade Sahu-Apé da etnia sateré-mawé, localizada no município de Iranduba, Amazonas. Sahu-Apé é uma aldeia indígena formada a partir da migração de indígenas da região do Baixo Rio Amazonas para a cidade de Manaus e adjacências, locais onde constituíram várias territorialidades específicas baseadas na cultura ancestral desse coletivo indígena. Trata-se, segundo o autor, de uma comunidade

* Doutoranda em Antropologia (bolsista Capes). Contato: rosijanefedele@gmail.com

¹ Para melhor constatação dessa realidade, ver os estudos de Faria (2008), Lustosa (2012) e Pereiro (2015), bem como a instrução normativa nº 03/2015 da Fundação Nacional do Índio (2015).

étnica que está no centro das políticas desenvolvimentistas e indigenistas que buscam construir estratégias endógenas para gestão do turismo e da etnicidade (p. 152). Utilizando-se da etnografia, Santos aborda as narrativas sobre a memória, a organização social, as formas de sociabilidade e a atividade turística realizada pelos Sateré-Mawé em Sahu-Apé para entender seus mecanismos de construção e manutenção de uma territorialidade específica e processos de atualização cultural no contexto de migrações e deslocamentos familiares e da experiência de atividades de geração de renda diversificadas.

O livro se organiza em quatro capítulos. No primeiro, o autor inicia suas reflexões situando a construção política da Amazônia e suas estratégias de integração à realidade nacional a partir da perspectiva de comunidades imaginadas proposta por Benedict Anderson (p. 24). A intenção aqui é entrever o lugar da Amazônia no universo ocidental moderno a partir das questões que estruturam tais comunidades imaginadas como cultura, identidade e estratégias de gestão territorial por meio das políticas públicas criadas para contemplar tanto o turismo quanto a realidade indígena. Um esforço empreendido para compreender a Amazônia pelos significados a ela atribuídos e transformados ao longo do tempo. As políticas de turismo representam, ao longo de sua trajetória desde a democratização até os dias atuais, o instrumento que vai alicerçar, de forma positiva, no imaginário do Estado-Nação, a Amazônia e o elemento indígena como seu diferencial. Esse capítulo apresenta uma contextualização das políticas desenvolvimentistas na Amazônia evidenciando as preocupações e o posicionamento da Fundação Nacional do Índio e do movimento indígena no Estado sobre a política de turismo. É válido destacar que o contexto de pressões vivido por este órgão levou à criação de grupos de trabalhos e projetos-piloto sobre o turismo em terras indígenas que culminaram na regulamentação em 2015 da atividade turística em terras indígenas, e resultando numa melhor perspectiva para o planejamento do etnoturismo, na legitimação de uma maior autonomia dos povos indígenas e condicionando sua realização à decisão e protagonismo das comunidades (Fundação Nacional do Índio, 2015).

No segundo capítulo, a busca é por construir uma etnografia do itinerário da viagem turística, tendo como partida a categoria turista e seu deslocamento, observando as formas disponibilizadas para se viajar e as imagens geradas até a chegada aos territórios turísticos e sociais (p. 87). Durante o percurso o autor contextualiza a construção da imagem e dos imaginários como forças simbólicas que se constituem como recursos de grande atrativo e através das quais o

turismo se desenvolve. Caracteriza a territorialização do turismo na cidade de Manaus como geradora de imagens urbanas e antigas que ostentam a beleza e a civilidade de uma época acionadas como um prólogo do encontro do turista com as tribos indígenas primitivas e rústicas, e oferece os primeiros elementos para reflexão sobre esse contato interétnico, sobre o espaço da alteridade e para o reconhecimento e valorização das diferenças.

No terceiro capítulo, a obra coloca em evidência o processo de territorialização dos Sateré-Mawé em Sahu-Apé. Destaca a história da formação da comunidade étnica iniciada pelas migrações de uma matriarca dos Sateré-Mawé em Manaus e em Iranduba até sua fixação e a elaboração de uma territorialidade específica em Sahu-Apé. Aqui o autor busca a compreensão da migração e dos diferentes processos de organização dos Sateré-Mawé que forjam uma territorialização específica apropriando-se de mecanismos políticos, culturais e de redefinição do controle social a partir da memória da cultura ancestral e ao mesmo tempo incorporando elementos autônomos dessa cultura. Para dar fundamentação a essa análise o autor recorre à noção de territorialização definida por João Pacheco de Oliveira (1999, p. 20) como “um processo de reorganização social que implica a criação de uma nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora”. A territorialidade específica desse grupo se relaciona diretamente com o reconhecimento baseado nas práticas turísticas com as quais a comunidade se encontra envolvida e no contexto das relações interétnicas desenvolvidas com o entorno. O autor levanta questões que apontam para uma evidente necessidade de pensar os povos indígenas não apenas pelas primordialidade das relações de parentesco na determinação de aspectos da formação da territorialidade e da etnicidade, e defende a busca de elementos de análise pautados em sua construção como comunidades étnicas e suas reelaborações nos diversos contextos das relações interétnicas vividas e experienciadas por eles.

No quarto e último capítulo o autor busca a perspectiva da categoria antropológica clássica da noção de cultura para construir uma análise etnográfica sobre a realidade sateré-mawé e como a comunidade indígena de Sahu-Apé desenvolveu uma série de atualizações dinâmicas de seus aspectos culturais e etnicidade, principalmente a partir da resignificação do ritual da tucandeira, caracterizado como maior elemento da identidade sateré-mawé. O ritual da tucandeira apresenta várias significações no contexto da aldeia de Sahu-Apé, inclusive é apropriado pelo turismo e apresentado para visitantes, permitindo

a incorporação de participantes de diversos grupos étnicos. Nessa perspectiva, a tucandeira, para esta comunidade, funciona como fortalecedor da cultura e dos vínculos sociais. Baseado nas proposições de Manuela Carneiro da Cunha (2009) de cultura pensada como categoria e não como conceito (p. 211), como ideia fluida que permite a apropriação e adaptabilidade a partir dos próprios povos indígenas, o autor estuda os elementos diacríticos da cultura sateré-mawé como o uso da língua, dos nomes e da música, apontando para existência de uma cultura endógena e específica dos moradores de Sahu-Apé.

Em síntese, o livro apresentado por Luciano Cardenes dos Santos, analisado nas suas partes, proporciona uma contribuição oportuna para o debate que vem surgindo em torno deste fenômeno social emergente que é o turismo em territórios indígenas. Na verdade, esta parece constituir-se como uma das pesquisas mais abrangentes a permitir a visualização do turismo de forma mais global, a partir de sua ocorrência na Amazônia Legal.

Das contribuições trazidas pelo livro, podemos destacar, entre outras coisas, uma cuidadosa revisão da literatura sobre os Sateré-Mawé na realidade urbana e a descrição e análise da ritualidade da tucandeira em seus vários significados. O livro oferece elementos para reflexão sobre o turismo na Amazônia e junto aos povos indígenas e abre a possibilidade de imersões mais profundas sobre algumas das questões da atualidade na pauta das comunidades, como a gestão e autonomia econômica dos territórios indígenas, a determinação de seu protagonismo social e político e sua afirmação étnica. O que pode revelar-se, ainda, como um mérito da obra, é a perspectiva da abertura de um espaço de pesquisa frente ao fenômeno turístico realizado em terras indígenas, área na qual a antropologia tem muito a explorar e a contribuir.

Referências

CUNHA, M. C. da. “Cultura” e cultura: conhecimentos tradicionais e direitos intelectuais. In: CUNHA, M. C. da. *Cultura com aspas e outros ensaios*. São Paulo: Cosac Naify, 2009. p. 311-374.

FARIA, I. F. *Ecoturismo indígena, território, sustentabilidade multiculturalismo: princípios para a autonomia*. 2007. Tese (Doutorado em Geografia Física)–Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO. *Instrução normativa nº 03/2015, de 11 de junho de 2015*. Estabelece normas e diretrizes relativas às atividades de visitação para fins turísticos em terras indígenas. Brasília, 2015. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/arquivos/conteudo/ascom/2015/doc/jun-06/IN%2003%202015.pdf>>. Acesso em: 27 jul. 2016.

LUSTOSA, I. M. C. *Os povos indígenas, o turismo e o território: um olhar sobre os Tremembé e os Jenipapo-Kanidé do Ceará*. 2012. Tese (Doutorado em Geografia)—Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012.

OLIVEIRA, J. P. de. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In: OLIVEIRA, J. P. de (Org.). *A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena*. 2. ed. São Paulo: Contra Capa: Laced, 1999. p. 11-40.

PEREIRO, X. Pelos trilhos do(s) turismo(s) indígena(s). *Agália: Revista de Estudos na Cultura*, Santiago de Compostela, Especial Turismo em Terras Indígenas, p. 9-34, 2015.